

# RELATÓRIO DA 1ª OFICINA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Brasília, 29-30/10/2009



## Apresentação

Com o objetivo de contribuir para a formulação de uma Política Pública de Educação Ambiental voltada para a Agricultura Familiar, o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente organizou, entre os dias 29 e 30 de outubro de 2009, no Centro Nacional de Desenvolvimento e Capacitação de RH – CENTRE/IBAMA (SAS Q. 05 – Bloco H – Lote 05 – 5º e 6º Andares) em Brasília/DF, a 1ª Oficina de Educação Ambiental e Agricultura Familiar, que contou com a participação de 46 pessoas, entre representantes de instituições públicas e privadas, movimentos sociais e sindicais e instituições de fomento e pesquisa.

## Histórico

Iniciado a partir da pauta apresentada pelos agricultores e agricultoras familiares no Grito da Terra 2009 ao Ministro do Meio Ambiente, o processo de construção participativa dessa oficina é apenas o início de um projeto de educação ambiental para a capacitação, sensibilização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas questões referentes ao meio ambiente e à produção agroecológica.

Nessa perspectiva, aconteceram etapas anteriores à realização da oficina, que compreenderam reuniões com diversos segmentos envolvidos com a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural Sustentável, com representantes do poder público e dos movimentos sociais e sindicais que empreenderam o Grito da Terra 2009:

- 02/09: reunião com representantes da CONTAG, na sua sede em Brasília;
- 28/9: reunião com SEDR/MMA;
- 06/10: reunião com representantes da CONTAG no MMA;
- 13/10: reunião com SEDR e SRHU/MMA, MDA, e CONTAG ;
- 15/10: reunião com um representante do MST.

As reuniões com os representantes das instituições públicas tiveram o objetivo de mapear os programas e ações já existentes no âmbito federal em relação à agricultura familiar. O diálogo com os movimentos sociais e sindicais buscou promover um processo participativo na construção do Programa de Educação Ambiental que atenda às questões colocadas na pauta do Grito.

Essas etapas preparatórias para a oficina tiveram como foco discussões acerca da proposta inicial, elaborada no formato de uma matriz lógica (**Anexo 1**) pela equipe do Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA), a partir da pauta do Grito da Terra e das Políticas Projetos e Programas executados pelo MMA, com foco no Desenvolvimento Rural Sustentável.

Essas articulações culminaram com a realização da 1ª oficina de Educação Ambiental e Agricultura Familiar, que se constituiu em um espaço de diálogo entre o poder público e os movimentos sociais e sindicais para agregar novas contribuições à proposta do Programa de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar, que está em construção.

## Perfil dos participantes

Participaram da oficina 13 instituições cujos representantes que residem fora do DF tiveram seus deslocamentos e hospedagens custeados pelo Ministério do Meio Ambiente. Entre as instituições convidadas, a Fetraf – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - não pode comparecer. A lista de presença dos participantes está no **Anexo 4**.



Participaram da Oficina as seguintes secretarias e vinculadas do Ministério do Meio Ambiente:

- Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
- Departamento de Educação Ambiental
- Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental/Agenda 21
- Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
- Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)

Também das instituições públicas:

- Ministério da Educação (MEC)
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ)
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Dos movimentos sociais e sindicais:

- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
- Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)
- Via Campesina
- Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
- Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG)
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe (FETASE)
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP)
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Santa Catarina (FETAESC)

- Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI)
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (FETAES)

E da Cooperação Internacional e outras instituições:

- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

## **Programação da Oficina**

### **1º dia: 29 de outubro**

#### **9h00: Abertura**

Samyra Crespo – Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

**9h20:** Apresentação da Metodologia da oficina – Claudison Rodrigues - DEA/SAIC

**9h30:** Apresentação dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental – Fábio Melo - DEA/SAIC

**9h40:** Apresentação do Histórico e da proposta em construção – Claudison Rodrigues

**10h00:** Esclarecimentos

#### **11h00: Grupos de trabalho - GTs**

GT1- Conteúdos de EA (para os diferentes públicos do programa)

GT2- Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável e o papel dos potenciais parceiros

GT 3- Boas Práticas de Desenvolvimento Rural Sustentável

GT 4- Metodologia (a ser adotada)

**12h00:** Intervalo para almoço

**14h00:** Grupos de trabalho (continuação dos GTs)

**16h00:** Intervalo

**16h15:** Rodada nos Grupos (carrossel)

**18h00:** Encerramento

### **2º dia: 30 de outubro**

**9h00:** Apresentação dos resultados dos GTs

**10h00:** Debates

**11h00:** Encaminhamentos finais

**13h00:** Encerramento

## Relatório das atividades

A Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Sra. Samyra Crespo, abriu os trabalhos, juntamente com o Diretor do DEA, Sr. Claudison Rodrigues, que apresentou, também, o histórico da proposta em construção e a metodologia da oficina.



*Dra. Samyra Crespo abrindo a oficina*

Posteriormente, o Assessor Técnico Fábio Wesley de Melo apresentou os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental. Na sequência, o Assessor do Ministro Sr. Luiz Antônio Correia de Carvalho apresentou a perspectiva de atuação do programa em construção, no âmbito do Cadastro Nacional Rural e da adequação das Reservas Legais e das Áreas de Preservação Permanente.



*Apresentação do técnico Fábio de Melo*



*Apresentação do Assessor do Ministro Sr. Luiz Antônio Correia de Carvalho*

Em seguida, o Diretor do DEA apresentou a matriz lógica do programa e encerrou a primeira parte da oficina, encaminhando os participantes aos grupos de trabalho.

Os 4 grupos de trabalho discutiram temáticas estruturantes para a proposta do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar, a saber:

- **GT1** – Conteúdos de EA (por público)
- **GT2** – Políticas Públicas de desenvolvimento rural sustentável e o papel dos potenciais parceiros
- **GT3** – Boas práticas de desenvolvimento rural sustentável
- **GT4** – Metodologia

Os participantes foram encaminhados aos grupos de acordo com seus temas de interesse e, em um momento posterior, se deslocaram dos seus grupos iniciais para outros, seguindo a metodologia da “dinâmica carrossel”, para que tivessem a oportunidade de contribuir, também, com as discussões dos outros temas.

No segundo dia do evento, os grupos apresentaram os resultados das discussões (**Anexo 2**) e houve intenso debate sobre esses resultados e outros assuntos relacionados à temática da oficina, melhorando o material produzido e acrescentando novas sugestões à proposta.

## **Materiais de apoio**

Todos os participantes receberam o *kit* da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (conjunto de publicações do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e UNESCO) e um material de apoio contendo bloco de anotações e caneta.

## **Avaliação**

Um questionário para a avaliação da oficina foi distribuído para todos os participantes. A avaliação foi preenchida por 16 deles e sua sistematização está no **Anexo 3**.

Em geral, os itens avaliados foram classificados como *bom* ou *ótimo*, sendo destacados: a divisão do conteúdo em 4 grupos de trabalho, a linguagem utilizada pelos moderadores/facilitadores, o cronograma e a proposta da oficina e seus objetivos. Os participantes, também, avaliaram positivamente o processo de discussão participativa que envolveu tanto o poder público quanto os movimentos sociais e sindicais, com representantes de várias regiões do país.

Em relação aos aspectos que não foram bem avaliados e que precisam melhorar destacam-se o tempo insuficiente para os debates e o aprofundamento das discussões; também, foi sugerido que as apresentações sejam mais curtas e objetivas para não dispersar o público e que a fala dos participantes seja mais restrita e focada no tema da oficina.

## **Financiamento da oficina**

O evento custou R\$ 20.390,75, que foram gastos com passagens e diárias dos participantes. Foram utilizados recursos do Projeto BRA-IICA-005/09. Não houve gastos com a locação de auditório, salas e equipamentos para o evento, que ocorreu no Ibama do Distrito Federal, um espaço público não oneroso.

## Conclusão

A 1ª Oficina de Educação Ambiental e Agricultura Familiar promovida pelo Departamento de Educação Ambiental foi um importante espaço de diálogo dos diversos atores envolvidos com a temática da agricultura familiar; incluiu o poder público, instituições privadas e os movimentos sociais e sindicais, envolvendo todos na construção de uma proposta de programa de educação ambiental para a agricultura familiar no Brasil.

O DEA está em pleno processo de construção da proposta para um Programa Nacional de Educação e Agricultura Familiar, que pretende ser o mais participativo possível e envolver os diversos atores relacionados à temática, através de espaços de discussão com os movimentos sociais e sindicais, bem como as instituições governamentais e outras, que tenham contribuições relevantes.

Após a oficina de 29-30/11/2009, o DEA aprofundou o relacionamento com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em especial a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, para incorporar conceitos fundamentais, como os de Território Rural, Território da Cidadania e de identidade, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, bem como os diagnósticos realizados por aquela instituição em muitos territórios rurais, potencialmente recomendados à realização da oficina-piloto e, futuramente, das oficinas dentro do Programa Nacional.

Dessa forma, de acordo com o planejamento apresentado aos participantes da oficina, será realizada uma oficina-piloto e poderão ser promovidos mais encontros com os diferentes atores sociais envolvidos com a temática, objetivando agregar novas contribuições à proposta em construção.

Após a realização da oficina-piloto, a partir da qual será testada a proposta desenvolvida para o Programa, será efetuada a avaliação dos seus diversos componentes:

- metodologia,
- materiais adotados,
- conteúdos (conjuntos de informações e estratégia de levantamento),
- participação dos diferentes atores sociais envolvidos com a Agricultura Familiar,
- estratégia de operacionalização (com o engajamento das instituições locais na preparação e execução da oficina).

Essa avaliação permitirá fazer os acertos recomendados pela prática e ter uma percepção mais precisa da complexidade, das dificuldades e das possibilidades associadas à disseminação de oficinas semelhantes, através dos diferentes biomas e regiões do país.

Para a implantação de um programa tão abrangente, com um universo de potenciais beneficiados estimado em mais de 4,3 milhões de unidades familiares, deverá ser adotada uma estratégia descentralizada pelos estados e DF, a partir de instâncias que tenham a capilaridade necessária para atingir os municípios e, nestes, as entidades mais afeitas às questões da agricultura familiar.

As CIEAs (Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental) existentes em quase todos os estados, podem ter esse papel, pois são compostas por representantes dos vários segmentos sociais, inclusive instituições que tem por atribuições apoiar a

educação, o meio ambiente e a agricultura. No nível municipal, as secretarias correspondentes e as organizações sociais locais, bem como entidades estaduais e de atuação local (como as de assistência técnica rural), poderão assumir atividades de mobilização, aplicação da metodologia, monitoramento e avaliação do processo. As informações produzidas a nível local (pelas instituições responsáveis pela realização das oficinas) serão consolidadas a nível estadual (pelas instituições estaduais envolvidas) e, a seguir, a nível nacional (pelo DEA/MMA).

Antes da realização das oficinas, haverá uma etapa preparatória, na qual serão levantadas: i) as informações específicas de cada região/bioma/bacia/localidade (que subsidiarão a montagem das oficinas); ii) as instituições atuantes em cada território (para identificar e envolver os parceiros na viabilização das oficinas). Também, será o momento de articulações com os atores sociais locais e obtenção de suas orientações para que as oficinas atinjam efetivamente seus objetivos. Serão, ainda, produzidos os materiais didáticos e capacitados os monitores dos diversos componentes das oficinas.



## Anexo 1

### EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR

#### Matriz Lógica

##### Objetivo Geral:

Contribuir para o Desenvolvimento Rural Sustentável, em especial da produção da Agricultura Familiar e dos Povos e Comunidades Tradicionais, a partir da agricultura de base agroecológica e das diretrizes, princípios e objetivos do Programa Nacional de Educação Ambiental.

##### Objetivos Específicos:

1. Promover processos de formação continuada dos atores envolvidos com a agricultura familiar (agricultores familiares – lei 11.326/2006, sindicatos, cooperativas, agentes de extensão rural, órgãos de fomento, gestores, organizações da sociedade civil e diversos grupos de aprendizagem, reflexão e ação e com os Povos e Comunidades Tradicionais ([DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007](#)) para a adoção de práticas agroecológicas, capacitação de agentes comunitários em DRS e conhecimento da legislação ambiental pertinente.
2. Promover a sensibilização e mobilização dos atores sociais envolvidos no referido programa, bem como o fortalecimento das redes relacionadas ao DRS.
3. Contribuir para a regularização da produção rural por meio do Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais – Mais Ambiente.

Resultados Esperados	Atividades Principais	Prazos
<b>Resultado 1:</b> Plano de comunicação para o programa elaborado.	Criar a logo do programa. Elaborar a estratégia de comunicação – e pautar as diversas mídias, em especial rádios comunitárias, em relação a questão da agricultura familiar.	01/2010
<b>Resultado 2:</b> Reuniões preparatórias de articulação com os movimentos sociais realizadas.	Agendar locais, definir datas e fazer os contatos.	10/2009

<p><b>Resultado 3:</b> Políticas e projetos já existentes sistematizados.</p>	<p>Levantar informações existentes.</p>	<p>11/2009</p>
<p><b>Resultado 4:</b> Oficina com CONTAG, Fetraf, Via Campesina, GT Agroecologia, SEDR e demais colaboradores realizada (28-29/10).</p>	<p>Definir data; reservar local. Definir programação. Mobilizar participantes. Sistematizar produção da oficina.</p>	<p>27/10/2009  01/2010</p>
<p><b>Resultado 5:</b> Metodologia da proposta de formação desenvolvida.</p>	<p>Finalizar o modelo da proposta, com conteúdos, metodologia e estratégia de implementação que valorize os conhecimentos tradicionais e as tecnologias tradicionais e participativas.  Diagnosticar necessidades de financiamento para transição.  Produzir materiais didáticos. Capacitar facilitadores.</p>	<p>01/2010</p>
<p><b>Resultado 6:</b> Parcerias estabelecidas (MDA, Incra, Movimentos Sociais, CIEAs, UnB, IDA etc)</p>	<p>Mapear potenciais parceiros. Realizar reuniões de articulação.</p>	<p>01/2010</p>
<p><b>Resultado 7:</b> Oficina de testagem da metodologia proposta realizada.</p>	<p>Definir local. Estabelecer parcerias locais. Mobilizar os participantes. Providenciar recursos e insumos para a oficina (passagens, diárias, transporte local, alimentação, equipamentos, materiais didáticos etc). Realizar a oficina-teste. Avaliar resultados e adequar metodologia proposta.</p>	<p>01/2010       Fev/2010 Fev/2010</p>

<p><b>Resultado 8:</b></p> <p>Indicadores e estratégia de avaliação definidos</p>	<p>Levantar e analisar trabalhos similares.</p> <p>Definir indicadores de processo e resultados e a metodologia para monitoramento e avaliação.</p>	<p>02/2010</p> <p>05/2010</p>
<p><b>Resultado 9:</b></p> <p>Minuta do Programa Nacional de Formação de Agricultores Familiares elaborada.</p>	<p>Elaborar texto do Programa (metodologia revisada e demais itens do roteiro definido)</p>	<p>04/2010</p>

## Anexo 2

### Resultado dos grupos de trabalho

#### GT1 – Conteúdos de educação ambiental

##### Participantes:

Juciane, Leide ,Mônica, João, Anderson, Aida, Neila, Michelle, Moita, Alberto

#### 1- Conteúdo Geral

- Agrotóxicos
- Transgênicos
- Erosão genética das sementes
- Gênero na EA e agricultura familiar
- Processo de degradação Ambiental: assoreamento, erosão, queimadas e outros
- Preservação e recuperação de áreas degradadas
- Breve histórico da EA
- Breve histórico da agricultura e do agronegócio no Brasil
- Pagamento de serviços ambientais
- Mudanças climáticas
- Práticas de agricultura sustentável (agroecologia e permacultura)
- Manejo Sustentável de recursos naturais (Reserva legal e APPs)
- Legislação pertinente à agricultura familiar
- Segurança e soberania alimentar
- Agricultura camponesa e transição agroecológica
- Gestão de recursos hídricos
- Segurança e soberania alimentar
- Agrobiotecnologias sustentáveis
- Conceitos e concepções de agricultura familiar e camponesa
- Elaboração, gestão de projetos
- Planejamento da produção

#### 2- Públicos

D= diretamente envolvidos com agricultores familiares

I= indiretamente envolvidos com agricultores familiares

##### - **Agricultores(as)**

- Manejo sustentável de propriedades rurais
- Produção agroecológica
- Sanidade e vigilância sanitária na propriedade rural
- 5 Rs: Repensar, recusar, reutilizar, reaproveitar, reciclar

##### - **Técnicos da Extensão(D)**

- Agrotóxicos e produtos alternativos para o combate de pragas da produção rural
- Gestão Ambiental Sustentável
- Produção própria de sementes
- Sementes Crioulas e Transgênicos

**- Bancos (I):**

- Incentivar o crédito verde
- Adesão do protocolo do Equador
- Recursos não reembolsáveis para recuperação de áreas degradadas (com plantas nativas)
- Preservação de áreas com vegetação nativa
- Incentivo ao plantio direto

**- Consumidores (populações urbanas)(I):**

- Campanhas para divulgar, conscientizar e valorizar os produtos e as organizações de consumidores de produtos de agricultura familiar
- Prefeituras: campanha para garantir a implementação da política que sinaliza que o mínimo de 30% da merenda escolar deve ser de produtos da agricultura familiar

**- Escolas e Casas Familiares e escolas agrotécnicas(I):**

- Mesmo conteúdo de agricultores e técnicos deve ser levado como proposta de acréscimo ao conteúdo já ministrado
- Perigos do uso de agrotóxicos e alternativas de controle de pragas
- Inserir no debate local e nos Ministérios:MMA, MEC, MDA; MAPA

**- Instituições de Pesquisa e ensino agropecuário(I)**

- Publicação/ divulgação de materiais (formativos e informativos) sobre resultados de pesquisa e educativos para os agricultores familiares
- Divulgação em veículos de comunicação de massa

**- Instituições sindicais de trabalhadores rurais,movimentos sociais e organizações do campo(D )**

- Formação de educadores e multiplicadores em educação ambiental
- Associativismo e cooperação
- Organização e gestão das cadeias produtivas

**- Órgãos ambientais(municipais, estaduais e federais):**

- Conhecimentos e saberes populares
- Metodologias de educação ambiental

**- Empresas (I):**

- Elaboração e implementação de projetos de responsabilidade socioambiental
- Gestão ambiental nas empresas

**3- Assuntos a serem levados a outros fóruns:**

- Conteúdos das escolas no campo: MEC
- Adequação dos rótulos de agrotóxicos para agricultores: MAPA, ANVISA, IBAMA
- Disciplina de EA nas licenciaturas, agronomia e zootecnia e cursos que tenha afinidade com o tema agricultura familiar: MEC
- Legislação de vigilância sanitária diferenciada para a agricultura familiar: ANVISA
- Releitura dos conceitos ligados a agricultura familiar: populações do campo, universidade e governo
- Levar o debate da produção de equipamento adequado a agricultura familiar e ambientalmente corretos: empresas

## **GT-2 Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável e o papel dos potenciais parceiros**

### **Participantes:**

**Claudison, Ricardo Burg, Flavia Rossi, Vinicius Freitas, Konstantinos Damianakis, Edison Netto, Marciano Toledo, Paulo Aviz, Natalia Paulino, Renata Lacerda, Ariosmar Barbosa, Fabíola Vianna, Fanny Mamede, Angelina Pereira, Paulo de Macedo**

### **DRS:**

Definição engloba atividades predatórias e excludentes, que se apropriam do conceito, mas não atuam de forma apropriada. Existem critérios para avaliar empreendimentos.

- Biotecnologias (tem que ter acesso amplo); espécies crioulas (rusticidade e interação com outras populações), conhecimento popular.
- Legislação sobre transgênicos no entorno de Unidades de Conservação (Resolução CONAMA: 10km; Decreto: 500 metros).
- Propriedades que estiverem dentro de corredores ecológicos não devem utilizar OGMs e outras práticas não-sustentáveis.
- Cuidados com o ecossistema (e seu grau de conservação) em que são inseridas.
- Cuidado com inovações que trazem novos problemas e não atendem às populações em geral.
- Atenção para tecnologias simples existentes nas localidades.
- (EA) Questionar o que é qualidade de vida e o desenvolvimento que queremos.
- Prevenção, adaptação e mitigação.
- Geração de renda não é igual a felicidade.
- Importância de modelos comunitários como espaço de qualidade de vida e felicidade.

### **Rural:**

- Cosmovisão urbana predomina na formulação/implementação das políticas; não consideram as diferentes identidades (às vezes atendendo demandas que não são dele); protagonização dos atores envolvidos fundamental para aprimorar; envolver especialistas e atores desde a etapa de formulação.
- Demandas da base não atendidas pelo governo acabam sendo descontinuadas pelas dificuldades de implementar (falta de instrumentos apropriados).
- Inclusão implica em ajustamento (ceder) à política, impactando as culturas locais e não atendendo às reais necessidades. Ex: seguro agrícola: só recebe se a variedade de semente tiver registro oficial e se a agência bancária interpretar adequadamente a exigência (nota fiscal das sementes usadas há tempos naquela roça, mas sem documentação; prática de permuta de sementes e mudas entre agricultores).  
Milho transgênico: agricultores plantam tradicionais, mas o vizinho grande tem transgênico e o vento leva para fora de sua propriedade, mesmo seguindo as exigências da lei.
- Adequar à realidade da AF o sistema bancário, provedor de crédito, p.ex. Agrofloresta.

## Políticas Públicas:

- **PRONAF:** enraizado no meio rural; EA e AF: complementar lacuna do PRONAF; falta assistência técnica continuada; Conselho Monetário Nacional não incorpora as exceções típicas da AF (ex: retorno financeiro das culturas familiares) – PRONAF não promove essa mudança; idem para a exclusão das mulheres (que tem papel fundamental na unidade familiar e nas gestão dos recursos naturais).
- Jovens também não tem acesso efetivo, mesmo com treinamento (se o pai tirou recursos, a mulher e os filhos tem dificuldades).
- Produção pelas mulheres reduz resíduos, plásticos (vindos das compras na cidade).
- **ATERES:** assistência convencional; valorizam as culturas (brancas, principalmente); dedicar mais atenção à AF (mas, houve progressos).
- **BANCOS:** não entendem as práticas e a lógica mais sustentáveis (com base na agroecologia). DRS-BB: pontual, não considerava maior abrangência, diversidade da AF; dificuldades na identificação de demandas para fomentar, visão de curto-prazo.
- É preciso organizar o campo, a AF, para melhorar a interlocução e o enfrentamento dessas questões; empoderamento das lideranças. Contexto de desenvolvimento integrado. Muitas feridas, povo desconfiado, até as lideranças podem ser rejeitadas.
- **SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR:** campo de inovação e valorização da AF. Censo do IBGE ratifica o papel da AF.
- **PESCA** e outras atividades que incluem períodos de defeso: mais que o repasse de recursos, mas uma ação de sustentabilidade (incluir EA, p.ex.).  
Bolsa Floresta, PSAs, Produtores de Água: inserir componente de EA para tornar mais adequada a política. Abordagens/manejo dos RNs deve ser contemplados.
- **LUZ PARA TODOS:** qual o impacto de ter energia em todo lugar – cultural, p.ex.; não usada para melhorias de fato (preservar produtos etc), mas bares, drogas, desvalorização das culturas locais. EA deve considerar essa questão. LPT (e qualquer política pública) tem que chegar junto com outras políticas e discutir com outros atores envolvidos. Desenvolver a região (cadeias produtivas, assistência técnica), mas sem perder as identidades culturais.
- Apesar das dificuldades, há muita gente boa trabalhando nos órgãos e nas diversas instâncias (importante valorizar os avanços).
- Atividades não agropecuárias nas unidades familiares (costura de jeans etc), o que muda o perfil da AF, pode afastar dos critérios da lei e impactar a segurança alimentar.
- **Êxodo dos JOVENS:**
  - Fim das pequenas escolas de comunidades, jovens vão para a escola mais urbana (perda da visão do campo e sua valorização, identidade); consumismo (típico de outro meio e classe social); falta de perspectivas de permanência na terra, sofrimento dos pais (querem coisa melhor para os filhos); dificuldades para acesso à terra, crédito fundiário (primeira terra); treinamento técnico que erode a cultura de produção tradicional; modelo escolar que não valoriza, promove a saída; (EA) sociobiodiversidade, viés não só de produção; meninos ficam no campo (apenas

força de trabalho, quem gere os recursos é o pai, que não os remunera adequadamente) - meninas saem cedo; meninos vão trabalhar na cidade, levam algum recurso para os pais; faltam alternativas mais atraentes para que fiquem no campo; estratégias para motivar e mobilizar (esportes, p.ex).

- Desmotivação dos jovens rurais, reflexo de inexistência de PPs específicas; esportes e artes funcionam para motivar, sociabilizar, integrar.
- Rede de Casas Familiares Rurais: experiência de sucesso (alterna conhecimentos escola – propriedade, estuda sua realidade – falta reconhecimento pelas políticas de educação no campo, integrar com outras políticas e estratégias). Educação no e do campo.
- Inovações não são aproveitadas nas propriedades (“santo de casa”), meninos acabam empregados de empresas de assistência técnica e outras. Embrapa e outras instituições podem ser envolvidas para ajudar a inserção dos jovens capacitados em tecnologias, com mais possibilidades de escolhas de atuação.

#### **- IDOSOS:**

- Atenção especial, desmotivação pela ausência dos jovens, falta de serviços básicos dirigidos; não se usa o conhecimento e a experiência acumulados (EA).
- **Reforma agrária** precisa avançar.
- **Infraestrutura:** estradas para escoar produção.
- **Agricultura orgânica:** PPs para fortalecer (compras mínimas pelos governos, merenda escolar); vigilância sanitária rigorosa, tratamento diferenciado.
- **EA para consumidor urbano:** estimular o consumo de orgânicos e produtos de AF.

#### **ATORES ENVOLVIDOS:**

##### **- Municipais:**

Secretarias Agricultura, Educação, MAmbiente, Ateres, Conselhos Municipais DRS, Segurança Alimentar, Colegiados Territoriais, Bancos, sindicatos, pastorais e outras tradições religiosas, associações de produtores, Cooperativas, colônias de pescadores, Coordenadorias de Mulheres etc.

##### **- Estaduais:**

Fetag/Contag, Fetraf, Sebrae, Senar, Secretarias MAmbiente, Educação, Agricultura, Saúde; Pesquisa, Universidades, escolas técnicas e agrícolas, Embrapa, Inspeção Sanitária, Ibama, ICMBio, Conselhos, MAPA e MDA /Superintendências, Associações de Casas Familiares Rurais e Escolas Familiares Rurais, Institutos de Terra, Funai, Incra, Associações de populações tradicionais, Associações e Redes de Agroecologia, Redes de Biomas e outras (ex: semiárido, que aborda a educação de forma contextualizada), Cerest (centro regional de saúde do trabalhador), Assessorias Especial das Mulheres, movimentos sociais etc.



## **GT- 3 Boas Práticas de desenvolvimento rural sustentável**

**Facilitadora: Ana Carolina**

**Facilitador: Fábio Wesley de Melo**

### **Participantes da rodada 1**

**Vandeir P. De Sá Leite**

**Rosicleia dos Santos**

**Lecindo Pedro Silva**

**Adriana Amaral da Silva**

**Silvia Helena De-Zan**

**Pedro Alves Barbosa**

**Sandra Mara Maier**

**Cleberlito F. Santos**

### **Participantes da rodada 2**

**Joãozinho Althoff**

**Julciane Ines Anzilago**

**Leyde Alves Pedroso**

**Antonio Williams Moita**

**Alberto Marques Santos**

### **- BOAS PRÁTICAS:**

#### **Aspectos relacionados a Políticas, Programas e Projetos**

- Planos elaborados através do marco jurídico, considerando território, localidade e regionalidade
- Políticas de acesso à compensação financeira
- Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)
- Aprimoramento da gestão das propriedades na AF

#### **Aspectos relacionados a processos formativos**

- Cursos de capacitação para agricultores familiares
- Formação de agentes comunitários de desenvolvimento sustentável
- Curso de capacitação com os assentados sobre agroecologia
- Formação de tecnólogos em agroecologia

#### **Aspectos relacionados a Agroecologia**

- Transição do modelo convencional para o agroecológico, com foco na produção orgânica, em redes de Agricultores Familiares
- Adoção de práticas agroecologias em rede
- Agroecologia aplicada
- Agroecologia para a soberania alimentar, energética, social, etc
- Manejo sustentável
- Ter o meio ambiente como parte da sua vida
- Organização de sistemas produtivos como: agroflorestais, agrossilvopastoris etc
- Permacultura
- Não fazer o uso de agrotóxico
- Saúde da família
- Resgate de todas as sementes crioulas (grãos, hortaliças, etc)
- Cultivo de plantas medicinais, aromáticas e condimentares
- Re-educação alimentar
- Consumir produtos da época

#### **Aspectos relacionados à conservação dos recursos naturais**

- Observar a natureza
- Aceiro contra o fogo
- Cuidar da APP e da RL

- Preservação do meio ambiente
- Reflorestar áreas degradadas
- Conservação das RL dos assentamentos
- Proteção do solo
- Resgate da importância histórica das mulheres, para a conservação do meio ambiente

### **Aspectos relacionados aos Recursos Hídricos**

- Fazer o uso racional da água
- Não fazer o uso da água de forma desnecessária
- Manejo dos recursos hídricos ( mobilização social, recuperação de mata ciliar)
- Preservação da biodiversidade e recursos hídricos

### **Aspectos Relacionados a técnicas de cultivo e produção**

- Plantio Direto
- Integração agricultura, pecuária e silvicultura
- Manejo florestal comunitário
- Produção orgânica
- Uso controlado do fogo
- Implantação de SAFs
- Roço seletivo da pastagem
- Cobertura verde , proteção do solo
- Saúde do produto
- Manipulação de plantas
- Orientação técnica para melhorar a apresentação do produto
- Resgate de hortaliças regionais e sua divulgação

### **Aspectos relacionados a resíduos**

- Destinação correta do lixo
- Não jogar lixo nos rios, lagos, etc
- Aproveitamento de resíduos
- Destinar corretamente as embalagens vazias de agrotóxico – lei de agrotóxicos: obriga os comerciantes a recolher as embalagens vazias e dar destino final, para a indústria
- Comercialização de agrotóxico com receituário agrônomo

### **Aspectos relacionados a mobilização local**

- Cooperação, Cooperativismo
- Democratização da terra- através da luta dos movimentos sociais
- Diversificação da produção

### **Políticas, programas e projetos**

- Políticas de fomento para a Agricultura Familiar
- Aplicação da legislação ambiental
- Licenciamento ambiental nos Projetos de Assentamento
- Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER
- Estruturação dos órgãos de ATER
- Política pública de subsidio a agroecologia e as praticas que já estão sendo desenvolvidas em modelos agroecológicos
- Falta de ação governamental
- Adequar a lei a realidade de cada bioma
- Disparidade legal da lei da reserva legal entre agricultores familiares e agronegócio
- Apoio a averbação da RL dos Assentamentos

- Pré-conceito com os produtos da agricultura familiar
- Dificuldade de acesso ao PRONAF mulher e jovem

### **Mobilização social**

- Socialização com os CIEAS estaduais
- Falta de divulgação das boas praticas
- Banco de dados e identificação de experiencias exitosas

### **Formação**

- Falta clareza de quais atividades são permitidas na RL
- Faltam mais orientações para utilização e aplicação de metologias para estimular a sustentabilidade no DRS
- Valorização e formas de trocar saberes
- Disseminar o conhecimento científico
- Linha de credito para a agroindustrializacao de pequeno porte
- Incentivo a financiamento para a formação/educação
- Democratização da terra e de recursos financeiros e ambientais

### **Produção**

- Integração campo de produção X consumidores conscientes
- Consumo consciente
- Disciplinar publico alvo sobre recursos ambientais
- Pesquisas voltadas para a fabricação de equipamento para a agricultura familiar camponesa
- Dificuldade de acompanhamento da evolução tecnológica
- Registro de patente de sementes/plantas

### **Conservação**

- Desmatamento
- Desafio de promover a adequação ambiental – RL (RL para AF e diferente de RL para agronegócio)
- Agronegócio grande responsável pela destruição das matas
- Modelo de assentamento atual
- Modelo de desenvolvimento fomentado pelo governo
- Exploração ilegal de madeira

### **Ensino formal**

- Re-elaborar o currículo das escolas incluindo a qustao ambiental
- Como a EA pode potencializar boas praticas de DRS e preencher as lacunas do DRS?
- Criar a disciplina de EA no ensino formal (obs: a proposta foi contestada pelo representante MEC)
- Educação do Campo
- Capacitar educadores para atuar junto aos agricultores familiares
- Efetiva implantação das CIEAS nos estados
- Apoio a projetos para montar experimentos, unidades demonstrativas, de pesquisa e monitoramento de todo o processo.
- Promover uma maior aproximação entre produtores e os centros de pesquisa/tecnologia
- Apoio aos projetos já existentes de DRS e ao lançamento de novos
- Criação de um fundo para ações de EA : formação de gestores, monitoramento, PSA, SAF e tudo o que já foi colocado voltado para a agricultura familiar camponesa
- Formação de agentes comunitários ( mobilização social)

- Criar linha de crédito específica com subsidio para transição agroecológica e adequadas temporalmente enquanto processo de transição
- Potencializar e divulgar as boas praticas do PDA a todas as famílias
- Ampliar, divulgar, orientar sobre o PAA, para todas as famílias para fomentar a agroecologia
- Disseminar diretrizes e critérios de EA e Agroecologia para orientar as ONGs
- Orientações para a produção ecológica, economicamente viável, diversificada dentro da sustentabilidade da propriedade.
- Mobilização social para incentivar agroecologia, permacultura, SAFs,
- Criação de linha de crédito específica para as mulheres
- Acoes de valorização e monetarizacao do trabalho das mulheres
- Ações para inserção da transversalidade de gênero em todas as etapas do programa de EA - mulheres, jovens , idosos, etc.
- No que se refere aos públicos definidos da agricultura familiar, deve-se incluir todos. Ex: pescadores tradicionais, extrativistas, geraizeiros, catingueiros, etc...
- Política de EA específica para os pescadores tradicionais

## **GT- 4 Metodologia**

### **Participantes:**

**Ivana (SEBRAE- RR), Nicinha (CONTAG), Natália (Via Campesina), KOSTIS (MAB), Edison (MMA-Ag 21), Ricardo, Flávia (ICMBio), Isânia (Ed. do Campo MEC)**

### **Considerando:**

- A Luta pelos direitos de acesso à terra;
- Que as formações devem ser realizadas na base considerando as necessidades das comunidades dos camponeses (retirar);
- A necessidade de envolver a sociedade como um todo (inclusive as empresas) no processo de formação;
- A experiência agroecológica que tira o agrotóxico do campo;
- A importância de desconstruirmos a concepção de que os camponeses, agricultores e os agroextrativistas são os maiores responsáveis pela degradação ambiental;
- A visualização para o agricultor dos benefícios gerados pelo processo de educação ambiental.

### **Definir parceiros institucionais na estrutura PAP (Pessoas que Aprendem Participando):**

#### **Articulações institucionais**

- Bancos de Créditos
- Sistema Cresol da região sul (Sistema de crédito da Agricultura familiar). Estimular um sistema de crédito para agricultura familiar para as demais regiões do país.  
Articulação com a SAF-MDA e com o sistema de crédito solidário (cooperativas)
- Sistema de fundos rotativos (região NE semi-árido)  
Instituições públicas (federais, estaduais e municipais) ligadas ao público e ao tema
- Foros e colegiados (Fóruns de Ag 21, Conferências, Coletivos Educadores, Comitês de Bacias, Conselhos de Desenvolvimento Rural, Conselhos de Unidades de Conservação, Conselhos de Meio Ambiente, Colegiado Territorial (MDA), etc)
- Trabalhar toda a cadeia da produção agroecológica (empresários, consumidores ...)  
Ações de Sensibilização
- Articulação com a mídia

#### **Agentes participantes da intervenção (no processo)**

- Agentes públicos.
- Extensionistas /agente de assistência técnica.
- Movimentos e organizações sociais.
- Organizações não Governamentais – ONGs
- Universidades
- Instituições de Qualificação Profissionais

## **Agentes Institucionais apoiadores da intervenção**

- ONGs
- Bancos de Crédito
- MDA, Incra, MDS, MSAúde, MEC, MAPA (certificação de sementes e mudas – financiamento de programas e projetos estaduais)
- Sebrae, SENAR
- Universidades
- CONSEAs locais
- Ministério Público federal e estadual
- Petrobras, Vale....

## **Parceiros na formulação das propostas**

- MMA – SEDRS, ICMBio, IBAMA, Contag, MDA, Via Campesina (MST, MAB, MPA, MMC, PJR, CPT, FEAB, ABEEF, Movimento dos Pescadores ), Incra
- Definir oficinas para equalizar proposta e planejar intervenção. (junto aos parceiros)
- Princípios:  
Participativa, continuada, permanente, sistêmica, presencial e a distância, Protagonismo, gênero, transversalidade, autonomia, geração, contextualização
- Elaboração de materiais pedagógicos que dialoguem com os diferentes segmentos e realidades

## **MACRO – para chegar à base social – aos agricultores familiares:**

### **Estratégias**

1. Articulação Institucional
2. Identificar ações e projetos de Educação Ambiental em Agricultura Familiar
  - Identificar “lacunas”
  - Fortalecer, ampliar, qualificar as ações existentes
  - Inserir a temática da agricultura familiar como diretriz das condicionantes de licenciamento ambiental e compensação ambiental
3. Definição de regiões (locais, territórios) prioritárias para implementação do programa
  - Definição de critérios para execução e levantamento das prioridades (IDH, espécies em extinção, desmatamento, risco de desmoronamentos, riquezas hídricas, risco ambiental)
  - EA massiva – abranger uma parte estratégica de todos estados
  - Fomentar outras políticas e ações desenvolvidas na região – ações integradas e transversais
4. Implementar ações de EA em Agricultura
  - Levantamento das principais demandas das comunidades – conversa com as comunidades - cardápio de propostas
5. Diagnóstico socioambiental participativo (crítico-emancipatório)
  - Nivelar Conceitos
  - Nivelar olhares para problemas locais
  - Nivelar olhares para as potencialidades
  - Produzir conhecimento crítico da realidade: questionar modelos/padrões de desenvolvimento
  - Conhecer – utilizar – as pesquisas e levantamentos locais já realizados
  - Instrumentos: entrevista semi-estruturada qualitativa, oficinas participativas.

6. Atuar na Formação de Formadores (quem vai fazer na ponta)
7. Construção de uma rede de educadores ambientais para o programa
8. Educação massiva

## Anexo 3

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**  
**Oficina de Educação Ambiental e Agricultura Familiar**

<b>FICHA INDIVIDUAL DE AVALIAÇÃO DA OFICINA</b>	
Local: Centre IBAMA - Setor de Autarquia Sul, Quadra 05, Bloco H	
Período: 29 e 30 de Outubro	Cidade: Brasília/DF

1. Assinale sua avaliação com um X, em relação as informações solicitadas:

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Proposta da oficina e seus objetivos	9	6	4	
Informações e dados fornecidos	1	9	4	
Linguagem utilizada pelos moderadores/facilitadores	10	5	1	
Cronograma da oficina	6	8		
Abordagem e foco dos conteúdos	5	8	3	
Divisão do conteúdo em 04 grupos	11	5		
Grupo 01: Conteúdos de EA (por público)	6	7	2	
Grupo 02: Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável e o papel dos potenciais parceiros	7	7	1	
Grupo 03: Boas Práticas de Desenvolvimento Rural Sustentável	10	5		
Grupo 04: Metodologia	6	8	1	
Tempo em cada grupo	8	5	2	
Esclarecimento de dúvidas e questionamentos	4	8	3	
Materiais distribuídos	7	6	2	
Assiduidade, pontualidade e tratamento junto aos convidados	3	8	3	
Carga horária da oficina	7	4	5	
Receptividade de sugestões e críticas	8	7	1	
Infraestrutura disponibilizada para a Oficina	5	7	4	
Metodologia/Dinâmica - Condução da oficina	5	8	2	
Organização geral da oficina	4	8	3	

2. Há algum outro conteúdo, ou tema, ou observação que você considera importante e que também deveria ter sido abordado no decorrer da oficina? Ou o contrário, houve algum conteúdo que você considera desnecessário, mas que foi abordado na oficina? Justifique.

- Não concordo com os conteúdos que foram abordados. No meu ponto de vista a implementação dessas ações poderão contribuir muito para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares selecionados.

**MUITO OBRIGADO!**



**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**  
**Oficina de Educação Ambiental e Agricultura Familiar**

**FICHA INDIVIDUAL DE AVALIAÇÃO DO INTERCÂMBIO ENTRE OS**  
**CONVIDADOS NA OFICINA**

<i><b>QUE BOM:</b></i>	<i><b>QUE PENA:</b></i>	<i><b>QUE TAL:</b></i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A iniciativa</li> <li>• A participação de diversas entidades</li> <li>• Ter ouvido todas(os)</li> <li>• Processo de discussão participativa</li> <li>• Esse tipo de evento permite uma maior interação entre as entidades públicas e privadas</li> <li>• Que o governo tomou a iniciativa de fazer a oficina provocada pela reivindicação dos movimentos sociais</li> <li>• Viabilizar as condições para que os movimentos se fizessem presentes</li> <li>• Que pude ter o primeiro contato com o tema</li> <li>• Que aconteceu a oficina</li> <li>• Que teve gente de vários lugares, várias instituições e regiões do Brasil</li> <li>• A rodada nos grupos. Achei isso muito bom.</li> <li>• Que teremos um programa nacional de educação ambiental voltado para a agricultura familiar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Algumas discussões não foram aprofundadas por questão de tempo</li> <li>• Que o MAPA e o MDA não participaram</li> <li>• A extensão das apresentações dispersa o público</li> <li>• Que os participantes não foram informados da programação, para que os mesmos já tivessem conteúdos meio que preparados</li> <li>• A oficina não fez o debate e aprofundou o conceito de educação ambiental na união dos parceiros</li> <li>• Que o tempo foi limitado para o debate</li> <li>• No 2º dia que a apresentação dos grupos teve que ser pouco discutida. Ficou meio corrido.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restringir a fala dos participantes e focar no assunto da oficina.</li> <li>• Insistir no convite ao MAPA e MDA</li> <li>• Buscar meios para tornar a apresentação mais interessante</li> <li>• Enviar a programação da próxima atividade</li> <li>• Que nas próximas possa debater o modelo de agricultura que a educação ambiental quer fortalecer</li> <li>• Um espaço para que possamos debater mais</li> <li>• Criar um grupo para continuar a discussão</li> <li>• Ter lanche com frutas e sucos da agricultura familiar da região para ajudar a ficar mais prazeroso</li> </ul>

**MUITO OBRIGADO!**

## Anexo 4

### LISTA DE PRESENÇA

#### Oficina de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

Data : 28/10/2009

Nome	Instituição	Estado	Contato-e-mail telefone
Fabiola de Freitas	INCRA	DF	fabiola.vianna@incra.gov.br/(61)3411-7124
Fani Mamede	CONTAG	DF	fani@contag.org.br/(61)2102-2288
Natália Paucino	Via Campesina	DF	viacampesinabrasilia@gmail.com
Vinicius Melo F.de Freitas	EMBRAPA	DF	<a href="mailto:freitas@cnph.embrapa.br">freitas@cnph.embrapa.br</a>
Konstantino Daimianalcís	MAB	SP	damianotas@yahoo.com
Paulo Roberio N.de Aviz	ADEPARA	PA	pauloaviz@ig.com.br
Cleia Anice da Mota Porto	CONTAG	DF	anicelia@contag.org.br
Samyra Crespo	SAIC/MMA	DF	samyra.crespo@mma.gov.br
Anderson G. Pereira	DEA/MMA	DF	anderson.pereira@mma.gov.br
Alberto Marques Santos	FETASE	SE	agrario@fetase.org.br
Lucio Marcos Oliveira Santos	FETASE	SE	marcos.capela@hotmail.com
Paulo de Macedo	FETAEP	PR	assessor.regiado@fetaep.org.br
Cleberlito Fernandes Santos	IICA	DF	cleberlito.santos@iica.int
Joaozinho	FETAESC	SC	joaozinho@fetaesc.org.br
Luciano Chagas	MEC	DF	luciano.chagas@mec.gov.br
Vandeir P. Leite	MPA	RO	mpabrasil@mpabrasil.org.br
Marciano Sila	MPA	RJ	marcianotol@gmail.com
Flávia M. Rosa de Moraes	ICMBIO	DF	flavia.morais@icmbio.gov.br
Celso Schenkel	UNESCO	DF	c.schenkel@unesco.org.br
Julciane Inês	MMC	GO	julcianemmc@yahoo.com.br
Angelina Pereira	MMC	AC	angelinammc@yahoo.com.br
Lecindo Pedro	FATAERI	MT	<a href="mailto:lecindopedro@fataeri.com">lecindopedro@fataeri.com</a>
Rosicleia dos Santos	CONTAG	DF	rosy@contag.org.br
Carmen Faro	CUT/CONTAG	DF	carmen@contag.org.br
Renata Karine Lacerda	SDT/MDA	DF	renata.lacerda@consultor.mda.gov.br
Leyde Alves Pedroso	CONTAG	DF	leyde@contag.org.br
Larissa Malty	SRHU/MMA	DF	larissa.malty@mma.gov.br
Marlon Forguel	SAIC/MMA	DF	marlon.foguel@mma.gov.br
Sandra Mara Maier	MST	PR	<a href="mailto:sandramara.mst@gmail.com">sandramara.mst@gmail.com</a>

Pedro Alves Barbosa	MST	MA	pedroalves@yahoo.com.br
Antonio Williams Moita	EMBRAPA	DF	moita@cnph.embrapa.br
Adriana Amaral da Silva	MMA	DF	adriana.amaral@mma.gov.br
Edison Netto Lasmar	MMA	DF	edison.lasmar@mms.gov.br
Ariosmar Mendes Barbosa	SEBRAE-RR	RR	<a href="mailto:ari@sebrae.com.br">ari@sebrae.com.br</a> /(95)2122-8056
Ivana Guerreiro	SEBRAE-RR	RR	ambiente_aere@hotmail.com
Natália	Via Campesina	DF	viacampesinabrasil@gmail.com
Michelle Silva Milhomem	IBAMA	DF	michelle.milhomem@ibama.gov.br
Paulo de Macedo	FETAEP	PR	assessor.regiado@fetaep.org.br
Fabiola De Freitas	INCRA	DF	fabiola.vianna@incra.gov.br/(61)3411-7124
Claudison Rodrigues	DEA/SAIC/ MMA	DF	Claudison.vasconcelos@mma.gov.br
Renata Rozendo Maranhão	DEA/SAIC/ MMA	DF	Renata.maranhao@mma.gov.br
Aida Maria F Silva	DEA/SAIC/ MMA	DF	aida.silva@mma.gov.br
Ana Carolina Lopes	DEA/SAIC/ MMA	DF	ana.carneiro@mma.gov.br
Neila Cristina	DEA/SAIC/ MMA	DF	neila.resende@mma.gov.br
Ricardo Burg	SRHU/MMA	DF	ricardoburg@gamail.com
Silva Helena De Zan	CONTAG	DF	silvah.zan@terra.com.br
Carlos Eduardo E. Luzarro	-	-	-

## LISTA DE PRESENÇA

### Oficina de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

Data : 29/10/2009

Nome	instituição	Estado	Contato-e-mail telefone
Cleia Anice da Mota Porto	CONTAG	DF	anicelia@contag.org.br
Pedro Alves Barbosa	MST	MA	pedroalves@yahoo.com.br
Sandra Mara Maier	MST	PR	<a href="mailto:sandramara.mst@gmail.com">sandramara.mst@gmail.com</a>
Vandeir P. Leite	MPA	RO	mpabrasil@mpabrasil.org.br
Marciano Sila	MPA	RJ	marcianotol@gmail.com
Silva Helena De Zan	CONTAG	DF	silvah.zan@terra.com.br
Rosicleia dos Santos	CONTAG	DF	rosy@contag.org.br
Alberto Marques Santos	FETASE	SE	agrario@fetase.org.br

Leyde Alves Pedroso	CONTAG	DF	leyde@contag.org.br
Luciano Chagas	MEC	DF	luciano.chagas@mec.gov.br
Lecindo Pedro	FATAERI	MT	<a href="mailto:lecindopedro@fataeri.com">lecindopedro@fataeri.com</a>
Fani Mamede	CONTAG	DF	fani@contag.org.br/(61)2102-2288
Joaoziho	FETAESC	SC	joaozinho@fetaesc.org.br
Fabiola De Freitas	INCRA	DF	fabiola.vianna@incra.gov.br/(61)3411-7124
Natália	Via Campesina	DF	viacampesinabrasil@gmail.com
Julciane Inês	MMC	GO	julcianemmc@yahoo.com.br
Angelina Pereira	MMC	AC	angelinamm@yahoo.com.br
Ricardo Burg	SRHU/MMA	DF	ricardoburg@gamail.com
Konstantino Daimianalcís	MAB	SP	damianotas@yahoo.com
Vinicius Melo F.de Freitas	EMBRAPA	DF	<a href="mailto:freitas@cnph.emrapa.br">freitas@cnph.emrapa.br</a>
Anderson G. Pereira	DEA/MMA	DF	anderson.pereira@mma.gov.br
Renata Karine Lacerda	SDT/MDA	DF	renata.lacerda@consultor.mda.gov.br
Ariosmar Mendes Barbosa	SEBRAE-RR	RR	<a href="mailto:ari@sebrae.com.br">ari@sebrae.com.br</a> /(95)2122-8056
Edison Netto Lasmar	MMA	DF	edison.lasmar@mms.gov.br
Aida Maria F Silva	DEA/MMA	DF	aida.silva@mma.gov.br
Ana Carolina Lopes	DEA/MMA	DF	ana.carneiro@mma.gov.br
Michelle Silva Milhomem	IBAMA	DF	michelle.milhomem@ibama.gov.br
Claudison Rodrigues	DEA/SAIC/ MMA	DF	<a href="mailto:Claudison.vasconcelos@mma.gov.br">Claudison.vasconcelos@mma.gov.br</a>
Fabio Wesley de Melo	DEA/SAIC/ MMA	DF	<a href="mailto:fabiowmelo@gmail.com">fabiowmelo@gmail.com</a>
Neila Cristina	DEA/SAIC/ MMA	DF	neila.resende@mma.gov.br
Paulo de Macedo	FETAEP	PR	assessor.regiado@fetaep.org.br